

Seminario Anual Foro Permanente de Direcciones de Presupuesto y Finanzas de la República Argentina



GEFIN

GRUPO DE GESTORES
DAS FINANÇAS ESTADUAIS

A Coordenação da Gestão Fiscal nos Estados Subnacionais do Brasil

Neuquén/AR
02/Julho/2015

Augusto Monteiro (BA)
Presidente



TEMAS DA APRESENTAÇÃO

1 – Brasil: Dados Gerais

2 – Administração Financeira nos Estados do Brasil

3 – Sistemas Integrados de Administração Financeira

4 – Convergência à Nova Contabilidade

5 – Cooperação Federativa: Histórico e Estrutura do GEFIN

6 - Questões Financeiras Atuais

7 – Cooperação Internacional e Assistência Técnica

BRASIL: DADOS GERAIS



- *População : 200 Milhões de Habitantes*
- *Produto Interno Bruto: US\$ 1,8 Trilhão*
- *Dívida Pública: US\$ 1,1 Trilhão*
- *Relação Dívida/PIB – 51,8% (2010)*
-> 62,4% (2015)
- *Reservas Internacionais – US\$ 380 Bilhões*

ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA

- *República Federativa*
- *3 Níveis de Governo*
- *26 Estados e um Distrito Federal*
- *Desigualdades Regionais*
- *Principal Tributo – ICMS (IVA, Competência Estadual)*



ATRIBUIÇÕES DAS ADMINISTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS ESTADOS

- Gerenciam os Sistemas de Administração Financeira;
- Coordenam e Controlam a Contabilidade Estadual;
- Gerenciam as Receitas e Despesas do Estado;
- Gerenciam a Conta Única, o Fluxo e a Disponibilidade de Caixa, e a Aplicação de Recursos;
- Administram a Dívida Pública e a Contratação de Operações de Crédito;
- Elaboram e Publicam os Balanços e Demais Relatórios Legais;
- Promovem a Transparência da Gestão Fiscal;

SISTEMAS INTEGRADOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS

- Realizam a Execução Orçamentária e Financeira;
- Gestão de Tesouraria
- Efetuam a Contabilidade Estadual;
- Integrados aos Sistemas Corporativos
 - Planejamento e Orçamento;
 - Dívida Pública
 - Folha de Pessoal
 - Compras e Patrimônio
 - Entre outros

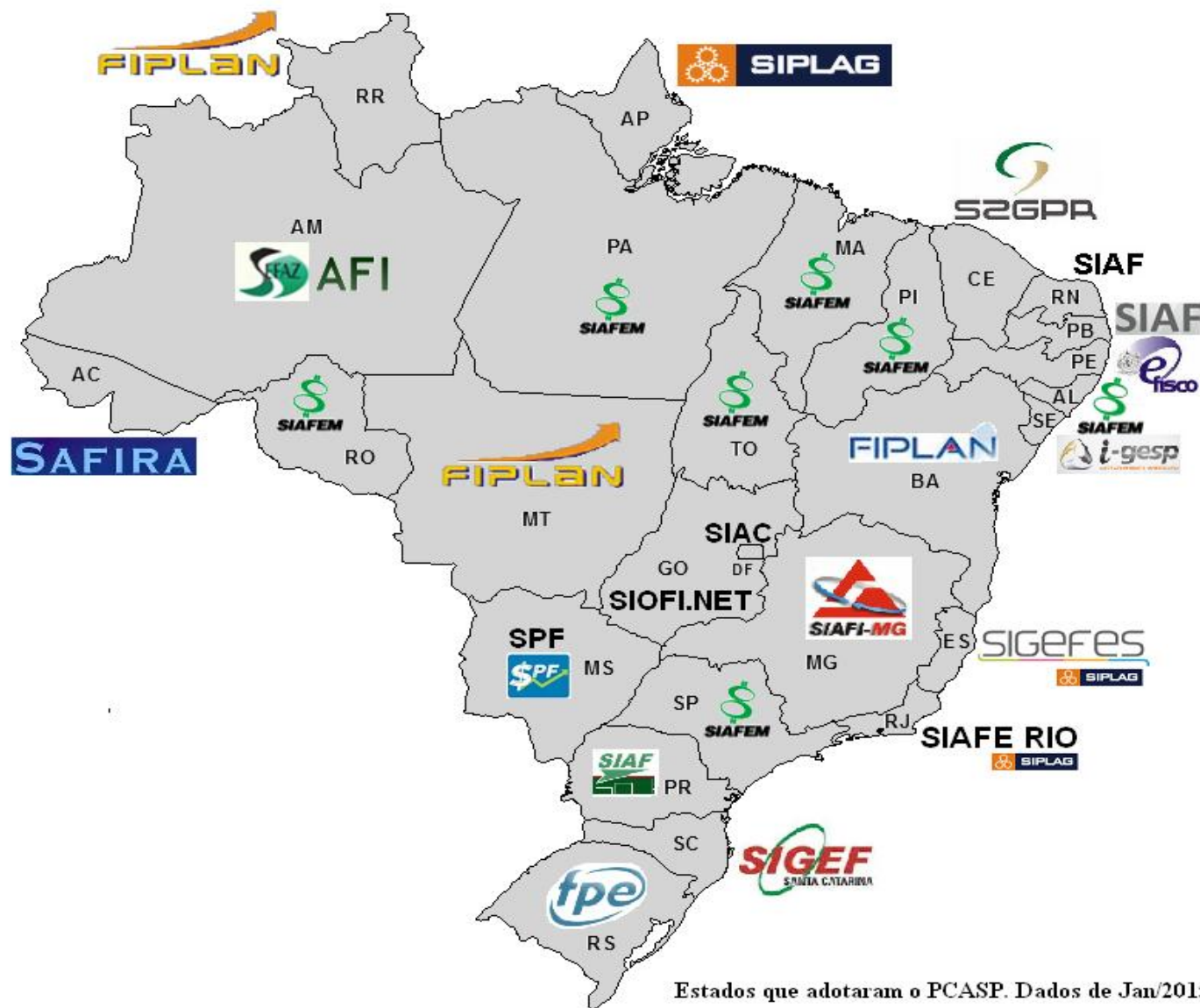


OPÇÕES TECNOLÓGICAS / SIAFs

- Desenvolvimento Individualizado
- Diferentes Plataformas Tecnológicas
- Inexistência de um Padrão Nacional
- O Papel do SIAFEM
- Sistemas Referenciais
- Cooperação Técnica Internacional para Avaliação do SIAFs Subnacionais



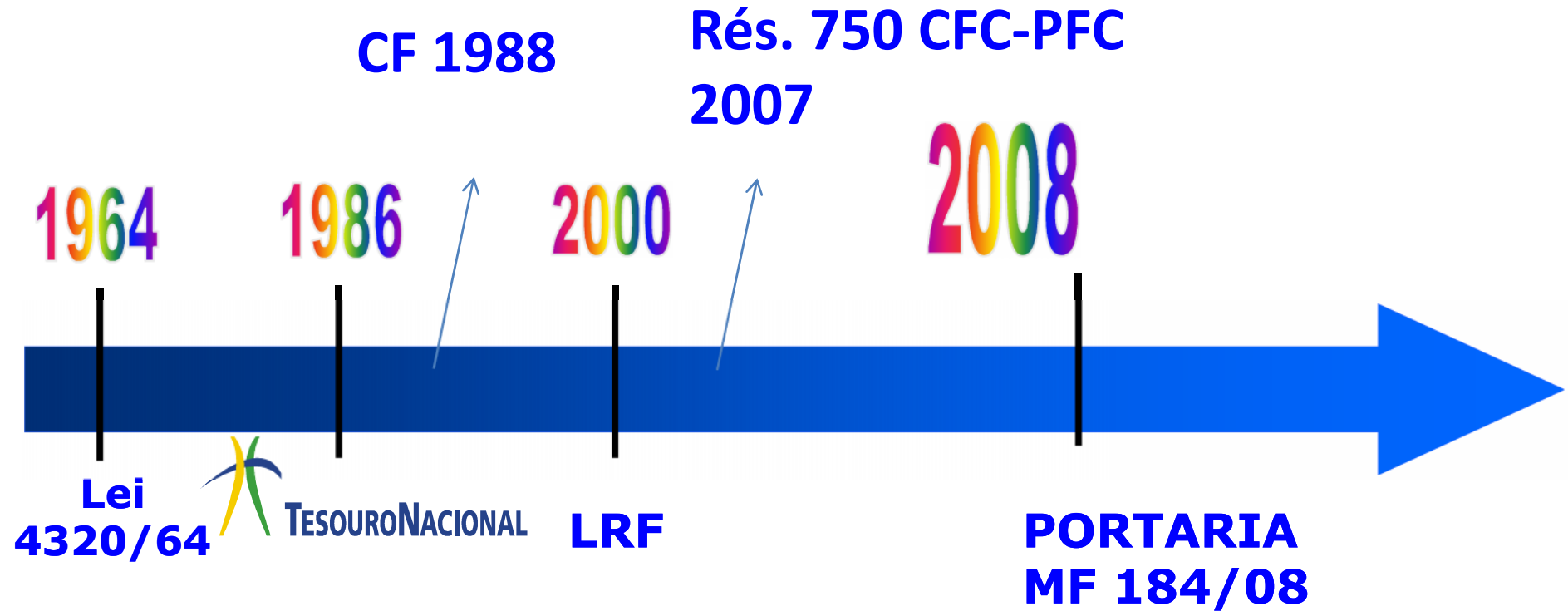
SIAFs dos ESTADOS BRASILEIROS



CONVERGÊNCIA CONTÁBIL

- *Orientado pelas Normas e Parâmetros Internacionais (IPSAS);*
- Liderança do Governo Federal: Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN
- Processo de Longo Prazo
- Adotado Gradativamente pelos Estados Subnacionais

HISTÓRICO - Reordenamento da Contabilidade Pública



Procedimentos do Cronograma da Portaria 828/2011

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;

II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;

III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;

IV - Registro de **fenômenos econômicos**, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão;

V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação **dos ativos de infraestrutura;**

VI - Implementação do **sistema de custos;**

VII - Aplicação do **Plano de Contas**, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais;

VIII - Demais aspectos **patrimoniais previstos** no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

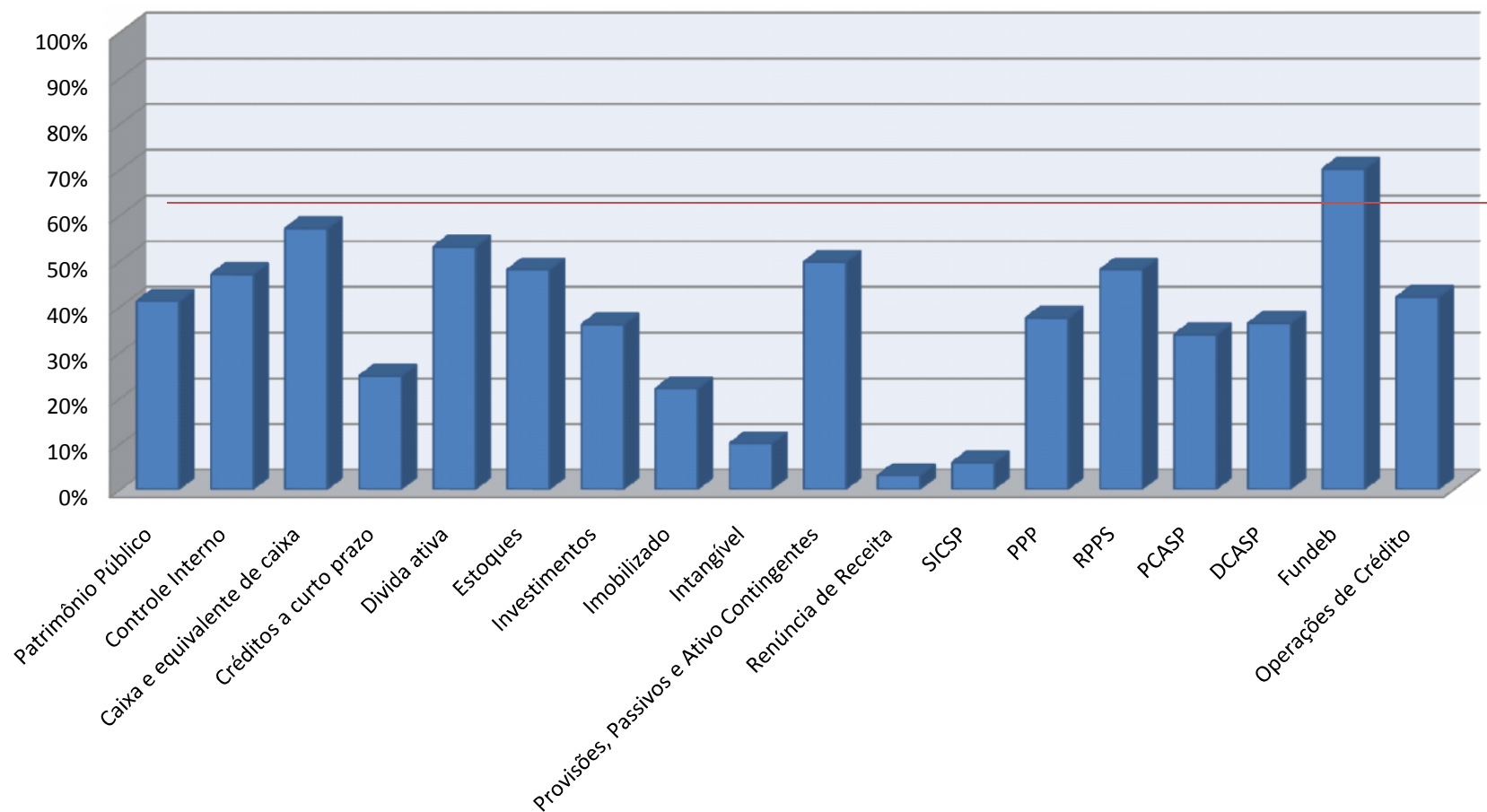
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PCASP

(Fonte: Pesquisa do GT-06-Contabilidade)

ANO	nº	(%)	Estados
2013	8	30%	AP, BA, CE, MG, MT, RJ, RS e SC
2014	6	22%	AC, DF, ES, PA, PE e SP
2015	13	48%	AM, AL, AM,GO, MA,MS,PB,PR,PI,RN,RO,RR,SE

Diagnóstico de Maturidade

Fonte: Consultoria de Avaliação, sob a Coordenação do GEFIN



CARREIRAS FINANCEIRAS



- Estados com Carreira Fiscal (Tributária e Financeira): 3 - BA, CE, PE;
- Estados com Carreira Financeira Específica: 7 – AL, DF, ES, GO, MG, PR, RS;
- Estados com uma Carreira Financeira e Outra Contábil: 2 – RJ, SC;
- Estados com Carreira do Plano Geral do Estado: 15 – Demais Estados



- **Monitorar a evolução das políticas públicas nacionais com impacto financeiro sobre os Estados** (inclusive matérias em tramitação no Congresso Nacional)
- **Promover estudos e propor aperfeiçoamentos** a estas políticas, visando preservar o equilíbrio fiscal das contas públicas estaduais (aperfeiçoamento da legislação e dos modelos de gestão de finanças públicas);
- **Promover o intercâmbio de experiências, soluções e sistemas**, nas Áreas de gestão, programação e execução orçamentária, financeira e contábil, receitas de transferências, e qualidade dos gastos públicos”.

HISTÓRICO DO GEFIN



- *Vinculação ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ*
- *Instituição em meados de 2004*
- *Processo de Gradativa Estruturação*
- *Criação dos Grupos de Trabalho (14)*
- *Período de Gestão da Equipe de Coordenação: 2015-2016*
- *Site Institucional: www.gefin.net.br*

INTEGRAÇÃO

**Secretaria
Executiva**



CONSEFAZ

**Grupo
Assessoramento**

**Gestores
das Finanças Estaduais
(GEFIN)**

**Grupo
assessoramento**

ESTRUTURA DO GRUPO

Presidência

**Coordenação
Executiva**

**Coordenação
Adm. Financeira**

Grupo de trabalho

Grupo de trabalho

Grupo de trabalho

**Responsável por atividade
de estudo**



RELACIONAMENTO

- **Outros Conselhos Nacionais**

- CONSEPLAN;
- CONSAD;
- CONAPREV;
- CONSED

- **Grupos técnicos da STN**

- GTCN - Padronização de Procedimentos Contábeis
- GTREL – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal
- GTSIS - Sistemas de Execução Financeira e Orçamentárias

- **Outros Grupos de Assessoramento do CONFAZ**

- COTEPE, ENCAT;
- COGEF;
- FORUM FISCAL;
- GDFAZ

GRUPOS TÉCNICOS

- GT - 01 - EDUCAÇÃO
- GT - 02 - SAÚDE
- GT - 03 - SEGURANÇA PÚBLICA
- GT - 04 – DÍVIDA PÚBLICA
- GT - 05 - PRECATÓRIOS
- GT - 06 - CONTABILIDADE
- GT - 07 – SUSTENTABILIDADE FISCAL
- GT - 08 – RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS
- GT - 09 – QUALIDADE DO GASTO
- GT - 10 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS
- GT - 11 – PROCURADORES DA ÁREA FINANCEIRA
- GT - 12 – PREVIDÊNCIA (Repres.)
- GT – 13 – TESOURARIA
- GT – 14 – REGULARIDADE FISCAL

FUNCIONAMENTO DO GRUPO

- Reuniões Ordinárias : Trimestrais;
- Reuniões Extraordinárias – Conforme necessárias;
- Reuniões dos Grupos Técnicos – GTs
- Apresentações nas Reuniões do CONFAZ

TEMAS ATUAIS

- Sustentabilidade Fiscal e Endividamento Público de Entes Subnacionais;
- Baixa Capacidade de Investimento Público
- Desequilíbrio e Deficit Previdenciário;
- Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Pública
- Conformidade Legal e Requisitos de Adimplência com o Governo Federal: SICONV, Embates Jurídicos;

TEMAS ATUAIS

- Repactuação da Dívida Pública com a União (Lei Complementar 148) e Programa de Ajuste Fiscal
- Julgamento da Constitucionalidade da Emenda Constitucional 62/09 e Política de Negociação de Precatórios Judiciais;
- Regularidade das Transferências Federais (FPE, Royalties, ...);

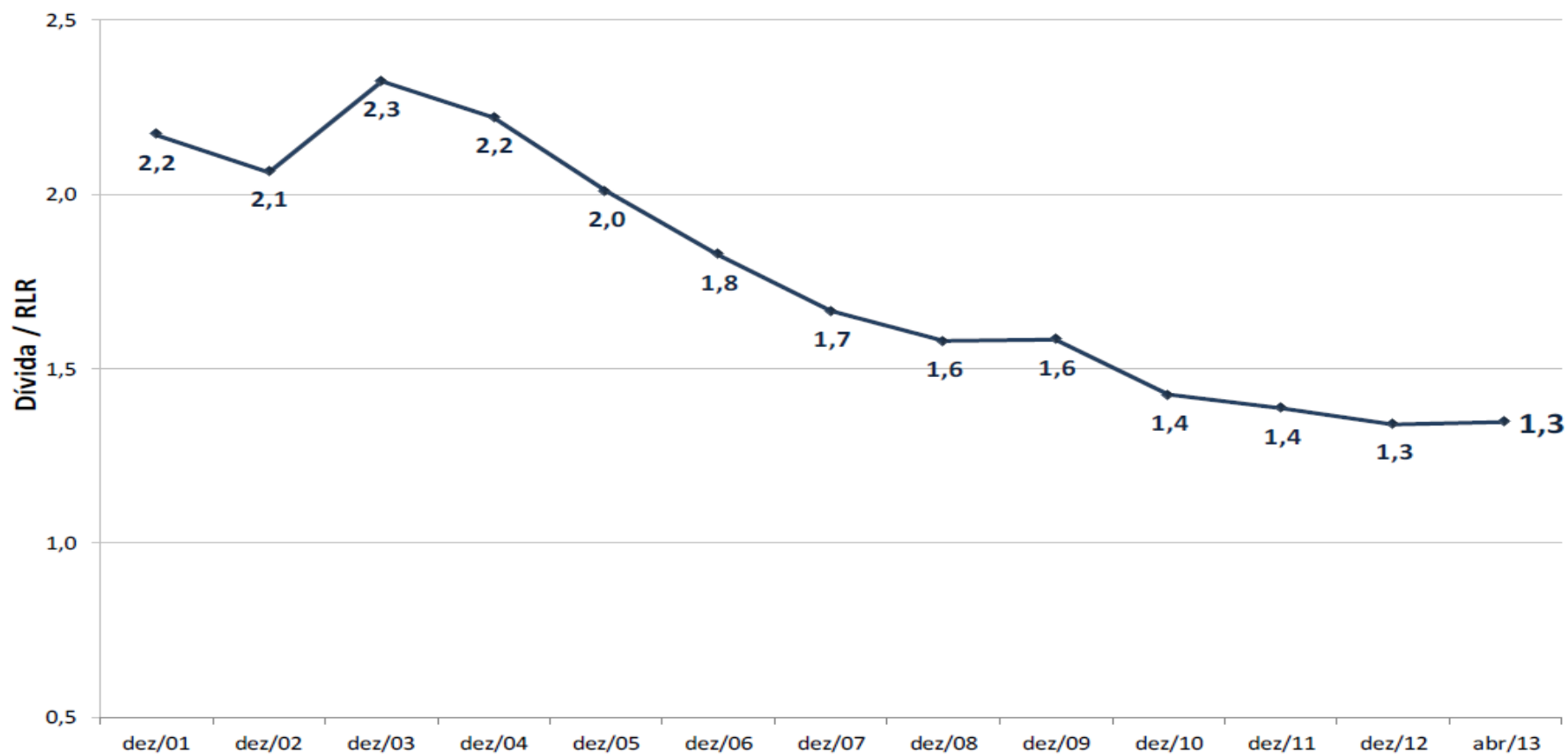
TEMAS ATUAIS

- Piso Nacional da Educação, Parâmetros Financeiros do FUNDEB e Sistema de Informações;
- PEC-300 e Política de Segurança Pública;
- Estruturação da Defensoria Pública;
- Prossecção de Novas Fontes de Financiamento e Assistência Técnica (Bco Mundial, BID, FMI, ...);
- Entre outros ...

DIAGNÓSTICO

Dívida dos Governos Estaduais

Dívida (Bruta) / Receita Líquida Real

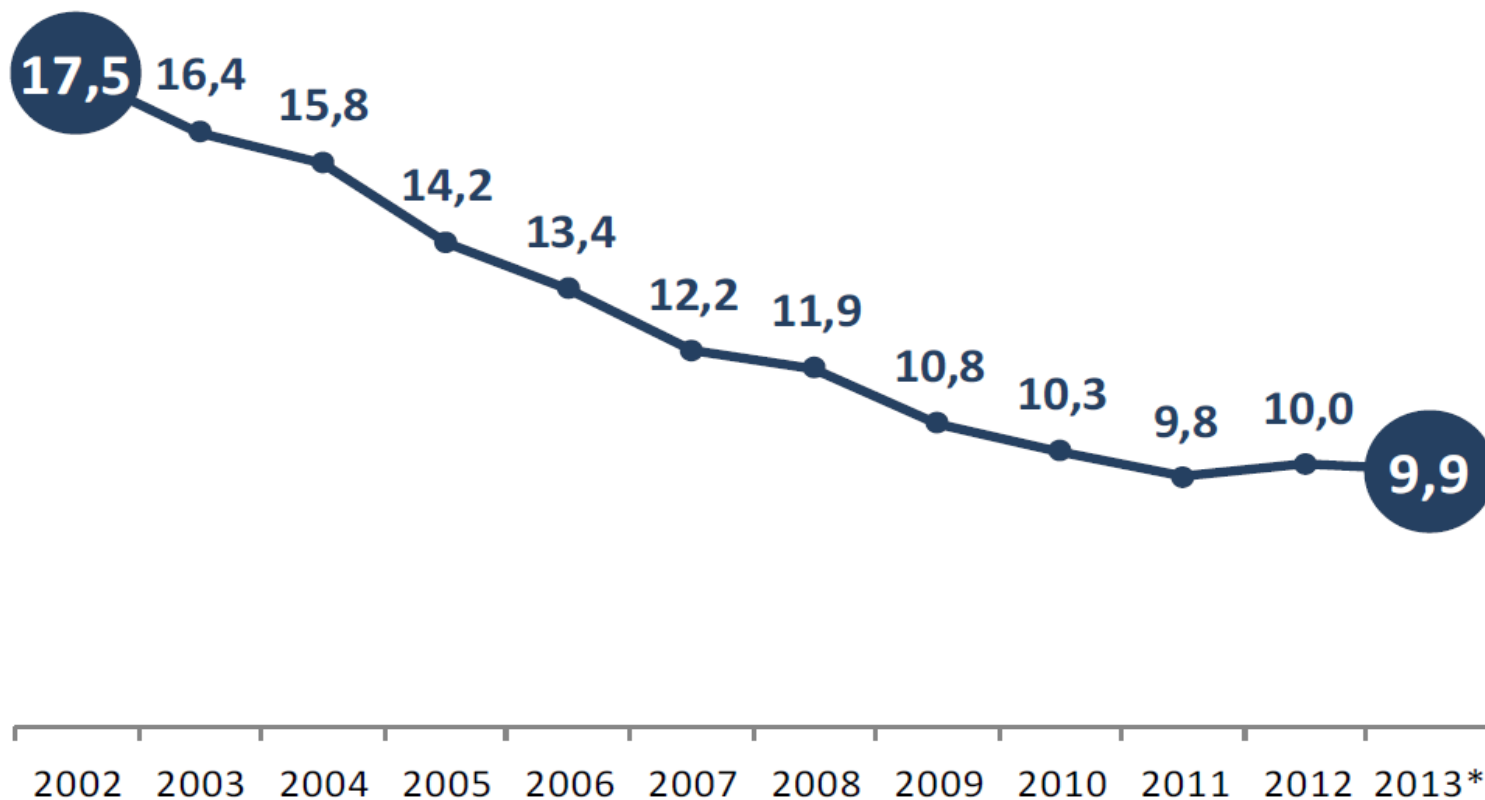


Fonte: STN / COREM

DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Líquida dos Governos Estaduais

em % do PIB



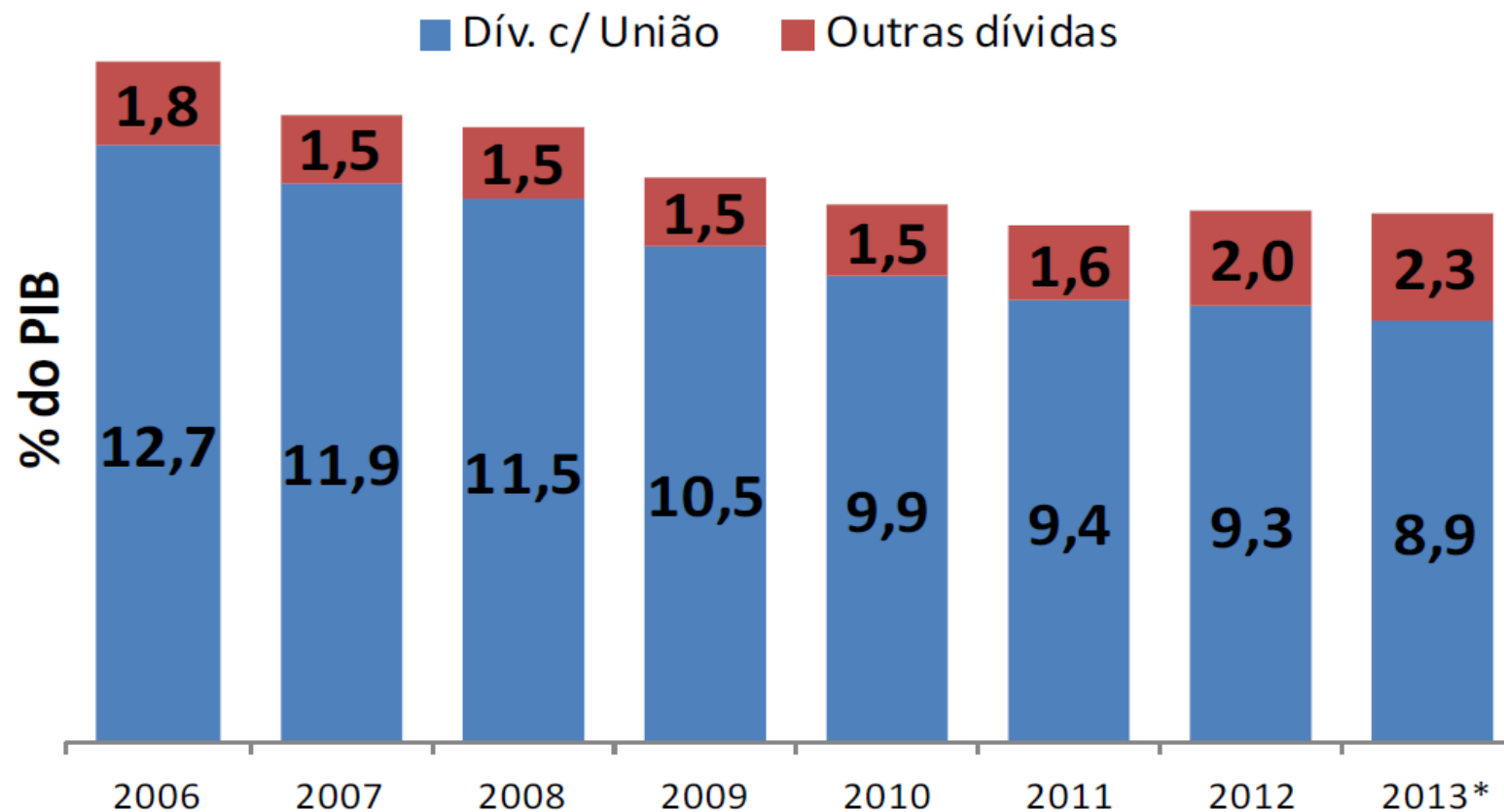
* Posição de julho

Fonte: BCB
Elaboração: STN/MF

DIAGNÓSTICO

Dívida dos Governos Estaduais

em % do PIB



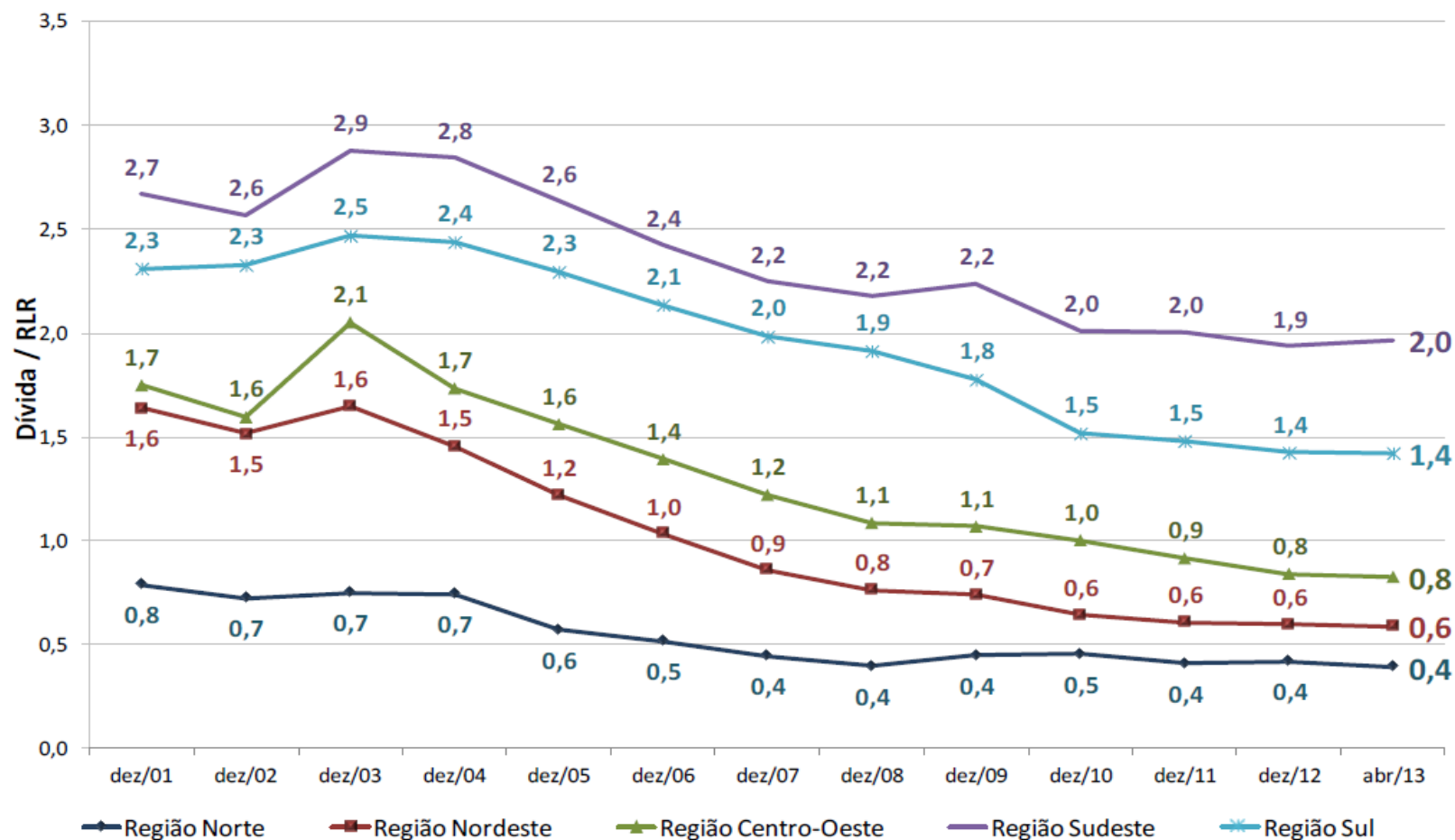
* Posição de julho

Fonte: BCB
Elaboração: STN/MF

DIAGNÓSTICO

Dívida dos Governos Estaduais

Por região



Fonte: STN / COREM



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA

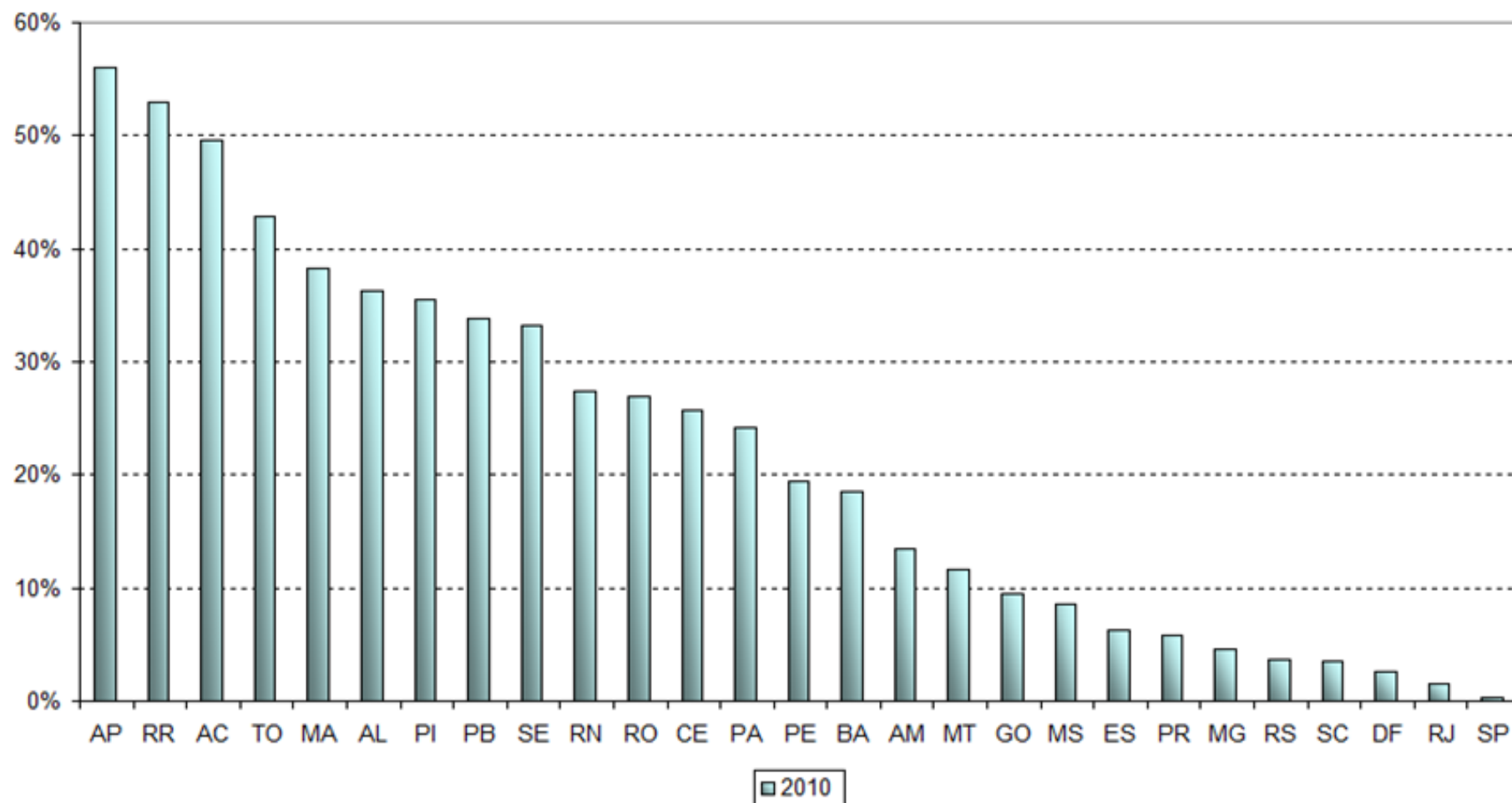
EM 31-12-2014

UF	Resultado Primário R\$	RCL	DCL	% do DCL sobre RCL
RS	(542.159.461,05)	28.633.465.815,75	59.999.701.992,16	209,33%
MG	1.030.992.187,40	47.644.235.435,77	85.268.466.755,29	178,97%
RJ	(7.339.441.229,00)	46.045.517.774,00	82.048.346.597,00	178,19%
AL	(278.940.261,91)	5.999.712.767,26	9.186.834.623,41	153,89%
SP	4.589.051.013,68	135.630.164.995,68	200.478.761.477,15	147,81%
MS	(18.298.631,29)	8.095.589.259,40	7.949.594.322,38	98,20%
GO	(680.584.283,33)	16.656.492.150,00	14.951.661.130,88	89,78%
AC	(329.169.807,63)	4.267.230.697,30	3.153.725.195,84	73,91%
PI	(147.537.543,32)	6.201.506.914,05	3.776.119.003,70	60,89%
RO	105.646.586,15	5.489.267.006,23	3.211.155.798,30	58,50%
PR	(461.073.204,98)	28.179.730.750,51	16.375.388.108,91	58,11%

PE	(2060529.274,22)	18475020080,82	10663863.674,14	57,72%
SE	228954906,30	5.982485.349,94	3.414.265.495,44	57,07%
MA	(630.764.905,25)	10.147.462.439,59	4.694.372.039,40	46,26%
SC	(555.788.112,48)	17.835.511.027,09	8051.407.354,47	45,14%
CE	(134.115.398,86)	14.394.882.432,94	6.138.896.095,00	42,65%
MT	(306.741.345,73)	10.927.731.310,28	4.633.980.616,21	42,41%
AP	(410.822.127,05)	4.020.130.039,48	1.656.630.567,15	41,21%
BA	1.128.137.039,63	25.870.525.219,40	10.331.577.909,66	39,94%
PB	(161.822.000,00)	7.399.789.000,00	2.736.794.000,00	36,98%
TO	(522.092.597,60)	6.071.450.294,61	1.983.736.520,58	32,67%
AM	(837.084.547,85)	11.039.956.264,46	3.396.340.568,40	30,76%
ES	(494.535.752,78)	11.798.288.649,28	3.182.321.111,88	26,97%
DF	(514.150.533,05)	17.504.269.623,87	3.618.924.036,72	20,67%
RR	694.140.881,87	2.785.141.355,06	513.456.938,19	18,44%
RN	266.285.564,27	7.779.321.689,22	843.267.398,75	10,84%
PA	514.906.000,00	15.092.464.000,00	1.503.963.000,00	9,93%
Consolidado	(12017.306.838,08)	519.937.342.341,99	553.703.502.331,01	106,49%

DEPENDÊNCIA DO FPE

FPE em da % Receita Corrente da UF



SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Receitas próprias não são suficientes para arcar com todas as despesas;
- Deterioração da base Tributária do principal imposto - ICMS;
- Dependência de Transferências do Governo Federal;
- Excesso de Vinculações de Receitas, “engessando” o Orçamento Público;
- Problema Previdenciário

DESAFIOS

- Revisão do Pacto Federativo;
 - Atribuições dos Entes
 - Distribuição de Receitas
 - Brecha Vertical
 - Desequilíbrio Horizontal
- Modernização da Administração Financeira
 - Pessoas e Capacitação
 - Processos e Sistemas
- Reforma Tributária
- Reforma Previdenciária;

PAPEL DO GEFIN NESTE PROCESSO

- Compartilhar e difundir melhores práticas;
- Promover a Capacitação:
- Articulação com Organismos Internacionais
 - BID – Programas de Modernização
 - BIRD – Capacitação (Gestão da Dívida);
- Assistência Técnica e Cooperações:
 - Fortalecimento Institucional do GEFIN - CAF
 - Diagnóstico da Convergência Contábil – PRODEV/BID
 - Avaliação dos Sistemas de Administração Financeira (SIAFs) – BID / Fundo Coreano;
 - Orientação à Convergência Contábil - BID / Fundo Coreano

Formação de Redes de Cooperação

- Relacionamento Internacional – Foro Permanente (AR), INDETEC (ME), ILPES-CEPAL (CH), Colombia
- Objetivo: Compartilhar Experiências
- Aprendizagem Mútua
- Fortalecimento de Comunidades de Práticas
- Organização, Promoção e/ou Participação em Eventos
 - Rede de Sistemas Financeiros do BID
 - FOTEGAL
 - FOCAL
 - Encontro Iberoamericano



GEFIN

GRUPO DE GESTORES
DAS FINANÇAS ESTADUAIS

www.gefin.net.br